

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Intervenção de Miguel Almeida

20 de outubro de 2020

Começo por agradecer aos senhores deputados a oportunidade de estar perante esta comissão para discutir um tema que é da mais alta importância para o setor, para a economia, para a sociedade, e enfim, para Portugal.

A atividade da ANACOM vem, desde há algum tempo, persistindo em atacar e denegrir o setor, tal como o mesmo existe hoje, cujo desenvolvimento deve promover.

Ao destacar, aquilo que no nosso entender são dados potencialmente geradores de equívocos, e ao omitir dados que consideramos relevantes, a ANACOM pretende reescrever a evolução do setor das comunicações em Portugal, tendo como objetivo final demonstrar que se trata de um setor sem concorrência.

Em vez de se focar em construir pontes efetivas de diálogo com o setor, com vista a definir soluções proporcionadas, equilibradas e sustentáveis que melhorem efetivamente os serviços de comunicações, a ANACOM privilegia o palco mediático e um discurso, em nosso entender, populista, sem cuidar, como é exigido a uma Autoridade Reguladora, de criar condições regulatórias que promovam o desenvolvimento de uma concorrência sustentada e sustentável a prazo, em benefício de todos os portugueses.

A ANACOM adotou uma estratégia de repetição constante e sucessiva do discurso de que o mercado não é competitivo, destacando, em particular, que os preços são altos, mas não é repetindo o discurso que as premissas se tornam verdadeiras.

Para fazer acreditar que o mercado não é concorrencial, a ANACOM, por um lado, socorre-se sempre dos mesmos estudos, ignorando as debilidades que lhe são apontadas e, por outro, desconsidera e tenta desacreditar todos os estudos ou dados que sustentam que o mercado português é competitivo e apresenta preços baixos. A Anacom não se coíbe de invocar e apresentar perante os deputados que representam o povo português na Assembleia da República informações que consideramos enganadoras – como ficará por demais evidente ao longo desta minha curta intervenção.

Este é um comportamento inaceitável, revela uma total falta de respeito por esta casa e pela democracia e reflete, no nosso entender, uma profunda incompetência.

A narrativa adotada pela ANACOM de falta de concorrência, investimento e competitividade no setor das comunicações em Portugal visa, à revelia das competências do regulador, redesenhar a estrutura do mercado através da introdução de medidas de discriminação positiva nas regras do leilão de frequências do 5G.

As regras propostas para o leilão de frequências comprometem irremediavelmente a concorrência e o investimento no setor e, conseqüentemente, a desejada transição digital das empresas, do setor público e da população, bem como a coesão territorial.

Se a ANACOM persistir naquilo, que em nossa opinião, é uma avaliação parcial do mercado, e não alterar as regras propostas para o leilão, para além da ilegalidade que gerará litigância, estará a condenar Portugal à irrelevância na futura economia digital, prejudicando assim, de forma irreversível, a competitividade das empresas e a evolução do nível de vida dos portugueses.

A audição da ANACOM na Assembleia da República, em 9 de junho de 2020 sobre a concorrência no setor e o leilão 5G^[1], constitui um bom e concreto exemplo do que acabei de descrever.

Senão vejamos.

Sobre o índice de digitalidade publicado pela Comissão Europeia (DESI ou IDES em português), aquilo que foi mostrado a esta comissão não corresponde aos dados tal como os podemos ver publicamente.

Qualquer pessoa pode consultar os dados da CE em: <https://digital-agenda-data.eu> e verificar que, em matéria de conectividade, Portugal está bastante acima da média europeia.

O que prejudica a performance de Portugal no "Índice digital", é a variável "Capital humano", que tem a ver com a literacia digital das populações e nada a ver com a qualidade das redes que, segundo a CE, são excelentes em Portugal.

Se analisarmos a evolução em Portugal das 5 componentes que compõem o indicador vemos que a que mais favoravelmente evolui é a Conectividade - a única imputável ao setor. É nas restantes

componentes que Portugal tem pior resultado, mas em vez de protegermos aquilo que está bem, estamos a atacar e a evitar discutir o que efetivamente está mal.

(ver Anexo 1)

Mas vejamos a performance de Portugal nas sub-componentes deste indicador de conectividade.

Por exemplo o indicador de subscritores com pelo menos 100Mbps, em que Portugal está em 2º do ranking europeu, apenas atrás da Suécia.

(ver Anexo 2)

Ou o indicador "Cobertura de redes de elevada capacidade", em que Portugal está em 7º no ranking europeu.

(ver Anexo 3)

É chocante o confronto entre o que aqui foi dito e o estudo da CE no indicador agregado de "Conectividade". A verdade é que Portugal está em 12º, bem acima da média da EU.

(ver Anexo 4)

Ou seja, senhoras e senhores deputados, no que diz respeito à qualidade da conectividade oferecida às suas populações e às suas empresas, Portugal está numa posição do ranking europeu que em muito poucas ou talvez nenhuma outra estará.

Infelizmente, esta excelente posição de Portugal no ranking de Conectividade não se converte em igual posição no ranking do índice digital composto por causa da baixa performance na variável de capital humano, onde Portugal aparece apenas na posição 21ª

(ver Anexo 5)

Em síntese, a posição de Portugal no ranking europeu de digitalidade (DESI) é excelente em matéria de conectividade, a única componente que depende do setor das comunicações.

Na sua apresentação, e a seguir, a Anacom falou sobre indicadores de rede móvel e no slide 7 diz: "Portugal encontra-se no conjunto de países com menor número de operadores móveis: 3".

(ver Anexo 6)

Na Europa existem 29 países com 3 ou menos operadores e 14 países com mais de 3 operadores, portanto sim, Portugal está em linha com a esmagadora maioria.

(ver Anexo 7)

Mas mais importante é analisar este número em relação à dimensão dos diversos países.

Em Portugal temos pouco mais de 3 milhões de habitantes por operador. Este número é de 28 milhões na Alemanha, 17 milhões em França, 17 milhões no Reino Unido, 15 milhões em Itália, 12 milhões em Espanha e por aí fora. Nos EUA são mais de 110 milhões de habitantes por operador...

(ver Anexo 8)

Depois, nos slides 8 e 9, a Anacom fala sobre a qualidade das redes móveis, citando dados da OpenSignal e da Tutela e recorre a uma "análise" feita por uma empresa chamada Rewheel. Esta análise da Rewheel assenta em dados da Tutela.

Acontece que estes dados da Tutela e da OpenSignal são públicos e qualquer pessoa os pode consultar na internet.

A Tutela publicou recentemente o relatório "Global Mobile Experience- Country level comparison".

(Consultar em: <https://www.tutela.com/blog/global-mobile-experience-2020>)

Segundo este ranking, na variável "Core consistent quality", abaixo de Portugal estão desde logo países como o Japão, EUA ou Coreia do Sul.

Mas foquemo-nos na Europa. Abaixo de Portugal, neste ranking, estão países como o Reino Unido, França, Itália, Espanha, Polónia ou Roménia, todos com 4 operadores como também estão a Grécia, a Finlândia, a Irlanda ou mesmo, pasme-se, a Alemanha.

A OpenSignal tem também alguns relatórios que são públicos, como por exemplo este "The state of mobile vídeo experience".

(Consultar em: <https://www.opensignal.com/reports/2019/11/state-of-mobile-video-2019>)

Neste estudo Portugal está em 15º no ranking mundial e se olharmos apenas para a Europa vemos abaixo de Portugal: Espanha, Alemanha, Reino Unido, Itália, França, Polónia, Croácia, Grécia, Roménia, Irlanda, etc.

Mais. Estes resultados medem a experiência dos utilizadores pelo que são afetados pela performance das redes mas também pela dos telemóveis. Portugal é dos países da europa com menor penetração de telemóveis 4G, pelo que estes indicadores são fortemente penalizados por isso.

De seguida o regulador afirma: "Portugal apresenta uma cobertura 4G inferior à média dos países da UE".

(ver Anexo 9)

Esta é mais uma afirmação que pode ser contrariada, como poderá ser verificado no "Digital Scoreboard" publicado pela UE.

(ver Anexo 10)

No que diz respeito à cobertura por redes 4G, Portugal está bastante acima da média da UE, como pode facilmente ser confirmado por qualquer cidadão que consulte estes dados.

E mesmo na cobertura de zonas rurais, tema tão sensível para a coesão territorial, podemos verificar que Portugal está em linha com a média da EU com 98,2% dos lares em zonas rurais cobertos com 4G.

(ver Anexo 11)

Ou seja, em matéria de qualidade dos serviços móveis prestados em Portugal, estamos nos antípodas daquilo que foi veiculado e qualquer pessoa com um simples acesso à internet pode confirmar isso.

Depois a Anacom entra no absurdo discurso sobre preços. Recorde-se que, apesar de a Anacom, só nos últimos três anos, ter custado mais de 160M€ aos portugueses, não fez qualquer análise de mercado ou estudo de preços.

Em vez disso, recorre aos dados do INE e aos dados que este fornece para o Eurostat. Como os senhores muito bem sabem, estes dados do INE não devem ser utilizados para quaisquer análises de preços neste ou em qualquer outro setor da economia. Por isso nem os vou discutir.

Sem estudos, mas essencialmente sem razão e sem argumentos, a Anacom mostrou a esta Comissão um slide com a imagem da capa de um relatório por esta publicado em junho deste ano. O título é: "Os preços das telecomunicações em Portugal". Em letra mais pequena: "Frequently asked questions".

(Consultar em: <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1536182>)

Este relatório não tem qualquer estudo de preços!

Ainda assim, na página 27 deste relatório diz: "O IHPC permite comparar a evolução de preços em cada país, mas não o seu nível absoluto". E o que fez a Anacom aqui no parlamento? Nos slides 15 e 16 da sua apresentação utiliza o IHPC precisamente para afirmar que os preços em Portugal são mais elevados do que nos outros países da Europa.

Mas vai mais longe recorrendo a um gráfico que procura mostrar quantos Gb podem ser adquiridos por 30€ em diversos países.

(ver Anexo 12)

Ora nem de propósito. Na sua oferta pré-paga (ou com recarregamentos) ou seja, sem qualquer subscrição ou compromisso, na NOS por 30€ o utilizador tem tráfego ilimitado durante 30 dias.

(Consultar em: <https://www.nos.pt/particulares/internet/internet-movel/tarifarios/Paginas/tarifarios-por-carregamento.aspx>)

Ou seja, a posição de Portugal neste gráfico é a primeira posição do ranking.

Agora eu pergunto: Tendo acesso a terabytes de informação fornecida pelos operadores, tendo cerca de 400 colaboradores, a Anacom não poderia e não deveria pelo menos verificar se a informação para Portugal está correta?

Mas já agora, porque não voltar aos dados da UE? Que diz a UE no seu Digital Scoreboard a propósito de receitas por utilizador? Portugal tem receitas por utilizador muito abaixo da média da UE, mais concretamente 50% abaixo da média europeia. Mais uma vez, apelo aos senhores e senhoras deputadas que façam a análise por si e tirem as conclusões.
(ver Anexo 13)

Finalmente, o tema do roaming nacional. Diz o regulador "63% dos países da UE têm roaming nacional".
(ver Anexo 14)

Mais uma vez um equívoco. Aquilo que está em causa é a imposição regulatória de roaming nacional, não acordos comerciais de partilha de infraestruturas ou quaisquer outros acordos voluntários. E no que diz respeito a roaming nacional mandatório, conheço dois exemplos concretos: Itália e França.
(ver Anexos 15 e 16)

Ou seja, a forma como a Anacom apresentou o tema é dada a equívocos.

A consequência desta narrativa, tantas vezes repetida e credibilizada pelo estatuto inerente a uma entidade como um regulador nacional, permitiu estabelecer, em sede de leilão de espectro, uma premissa absolutamente desajustada da realidade.

A verdade, senhoras e senhores deputados é que Portugal tem um setor das comunicações: Onde os preços têm vindo a cair há pelo menos 10 anos. Os preços médios caíram 42% e o setor como um todo perdeu 30% das suas receitas ou 1,3 mil milhões de euros
(ver Anexo 17)

Portugal tem os mais baixos preços da europa, tanto nos serviços móveis como, em particular, nos serviços fixos. Qualquer benchmark feito na internet permite confirmar isso mesmo. A receita per capita do setor é a terceira mais baixa da europa e isto com as penetrações das mais elevadas

(ver Anexo 18)

Como tive ocasião de mostrar, Portugal tem das mais avançadas redes de comunicações, fixas e móveis, como o confirmam os estudos da Comissão Europeia, ou os dados das empresas que recorrem ao crowd sourcing para alimentar a informação.

Portugal tem um setor das comunicações que é o que mais investe na europa, medido em rácio sobre as receitas. 21% contra uma média de 17%. São mais de 1000 M€ por ano.

(ver Anexo 19)

Fruto desta combinação entre preços baixos e investimentos avultados, as empresas de comunicações em Portugal têm das rentabilidades mais baixas da europa (a 2ª pior)...

(ver Anexo 20)

...e muito abaixo da média das empresas cotadas neste país (ROIC=5.6%)

(ver Anexo 21)

Esta é a realidade do mercado português.

Segundo a Anacom, as regras definidas na proposta visam resolver os problemas que, como ficou demonstrado só existem para a própria Anacom. Acontece que, mesmo que o mercado tivesse as características enunciadas pela Anacom, que manifestamente não tem, estas regras só iriam levar ao agravamento do contexto competitivo.

Senão vejamos:

- Ao reservar espectro está a privar os atuais operadores de reforçarem a capacidade das suas redes e assim melhorarem a qualidade dos serviços prestados;
- Ao não impor quaisquer obrigações de investimento, para além de estar a propor algo nunca visto em nenhum leilão de espectro em qualquer lugar do mundo, em nada está a contribuir para a melhoria das infraestruturas. Está isso sim a oferecer uma ajuda absolutamente ilegal de mais de 800M€, que será certamente

aproveitada por fundos de investimento com perspetivas de rentabilidade rápida;

- Ao impor a abertura nacional das redes dos atuais operadores a estes especuladores que entrarão no nosso mercado, está a condenar o setor ao desinvestimento que é o oposto do que faria se fosse minimamente coerente. Nunca mais as empresas do setor investirão 1€ na melhoria dos serviços prestados uma vez que ao fazê-lo estariam a beneficiar os concorrentes em vez de beneficiarem os seus clientes. Isto é um absurdo total.

Em síntese, senhoras e senhores deputados, uma eventual aprovação das regras tais como foram propostas pela Anacom:

- Estaria ferida de várias ilegalidades

- Condenaria um setor que, como vimos, é um setor de ponta neste país e um setor crítico para a economia e para a sociedade, à idade das trevas...

-...e, conseqüentemente, iria ferir de morte a possibilidade de Portugal ser competitivo na futura economia digital, que é como quem diz, iria condenar Portugal ao deserto económico, impedindo assim os portugueses de melhorarem os seus níveis de vida.

Senhoras e senhores deputados, não existirá transição digital sem 5G e sem um setor das comunicações eletrónicas concorrencial e competitivo. E não existirá um setor concorrencial e competitivo tal como não existirá 5G se estas regras virem a luz do dia.

Digo-o com grande ponderação e medindo bem as palavras. O cenário potencial que enfrentamos é mais grave do que as minhas palavras possam transmitir.

Apelo, pois à ação e intervenção da AR. Estes temas são demasiado relevantes para o país para deixarem de ser analisados e escrutinados em toda a sua profundidade.